

A POLÍTICA EXTERNA EGÍPCIA SOB O GOVERNO AL-SISI: CAMINHOS PARA A DIVERSIFICAÇÃO DE PARCERIAS

Charles Pereira Pennaforte¹
Mateus José da Silva Santos²



Introdução

O segundo semestre de 2023 foi marcado por um importante processo envolvendo a atuação externa egípcia em nível regional e global. No mês de agosto, no âmbito da XV Reunião de Cúpula dos BRICS em Joanesburgo, o país afro-árabe esteve no conjunto de seis Estados formalmente convidados a ingressarem na iniciativa multilateral a partir de 2024. A ampliação do agrupamento emergente, a partir da possível presença de atores situados em espaços regionais estratégicos como o Oriente Médio e a África Setentrional, assumiu importância diante das incertezas que impulsionam um quadro complexo de transição hegemônica. Para o Cairo, tal medida representava, dentre outras coisas, a consolidação de um processo de diversificação de parcerias externas, reforçando seus laços com novos atores globais (China e Rússia), além de outras potências emergentes.

Na simbiose complexa entre a busca pela preservação da autonomia e da segurança doméstica, além das tentativas de mobilização de recursos materiais direcionados ao enfrentamento dos problemas macroeconômicos e construção de um novo processo de desenvolvimento (Hinnebusch e Shama 2014), tal movimentação constitui uma importante janela de análise

1 Departamento de Relações Internacionais, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, Brasil. E-mail: charlespennaforte@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5623-7689>.

2 Instituto de Ciências Humanas (ICH), Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, Brasil. E-mail: mateus_santos29@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7726-6136>.

acerca das transformações ocorridas na política externa do Egito ao longo dos últimos anos. Constituindo, na visão de Gamal M. Selim (2020), a terceira maior reestruturação da História do Egito enquanto uma República desde 1953, as perspectivas acerca de um reposicionamento regional e global do Cairo diante das dinâmicas sistêmicas e domésticas envolvem um conjunto de fatores, como a conciliação entre um discurso de retomada plena da ação externa após anos de instabilidade doméstica depois da queda de Hosni Mubarak (1981-2011) e a instrumentalização de sua posição geoestratégica entre a África e o Mundo Árabe, em meio a um quadro de elevação da sua vulnerabilidade externa.

Nesse sentido, esse artigo analisa as principais características domésticas e sistêmicas que envolvem as transformações na inserção internacional egípcia ao longo das últimas duas décadas, considerando os exercícios de mediação entre a preservação de linhas tradicionais de atuação externa e a consolidação de novas parcerias, proporcionando alternativas geopolíticas e geoeconômicas diante de uma conjuntura de acirramento das tensões globais. Na intersecção entre a Análise dos Sistemas-Mundo (ASM) e aspectos teóricos da Análise da Política Externa (APE), avalia-se o potencial egípcio em ocupar uma posição histórica de articulação entre as dinâmicas globais e regionais, considerando sua condição enquanto Estado Ponte entre dois continentes. Por meio de análise qualitativa, combinando a exploração de um processo de revisão da literatura especializada no Egito contemporâneo e textos jornalísticos, elabora-se uma perspectiva multinível, buscando responder às seguintes questões: qual a natureza do processo de diversificação das relações externas empreendido pelo Egito? Como os desafios macroeconômicos e geopolíticos contemporâneos limitam ou oportunizam a produção de um tipo de inserção autonomista por parte do Cairo?

Esse texto é dividido em três partes. Primeiro, estabelecem-se os principais pressupostos teórico-metodológicos que norteiam o desenvolvimento desse estudo. Em seguida, passa-se a uma análise sobre a trajetória da inserção internacional egípcia desde o início da República liderada pelos militares nos anos 1950. Por fim, destacam-se os principais elementos que constituem o ambiente doméstico e sistêmico que envolve os esforços de diversificação externa nos últimos anos.

Caminhos teórico-metodológicos entre a Análise da Política Externa (APE) e a Análise dos Sistemas-Mundo (ASM)

No diagnóstico das insuficiências explicativas das principais correntes teóricas das Relações Internacionais acerca da heterogeneidade de comportamento de Estados de mesma estatura no sistema internacional, e frente aos desafios emergentes com a constituição de uma ordem bipolar na Guerra Fria (Gonçalves e Pinheiro 2020), a APE emergiu a partir dos anos 1950 diante da preocupação em compreender a política externa a partir do estudo do processo decisório, considerando o papel de diferentes atores, unidades de decisão, percepções e ideias, além de outras questões de ordem doméstica e sistêmica na conformação das iniciativas e reações do Estado diante de atores internacionais. Em meio a um desenvolvimento relativamente multifacetado, em sintonia com as transformações mais gerais do campo e a emergência de debates específicos da própria APE, um conjunto de novas perspectivas ampliou a diversidade teórica ao longo das décadas finais do século XX.

Dentre as principais mudanças, o abandono de uma perspectiva demasiadamente generalizante a partir dos primeiros estudos de política externa comparada deu lugar a análises mais compactas, heterogêneas em métodos e objetivos. Com isso, contribuições como a de Charles Hermann em *Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy* apontaram para novas alternativas de leitura acerca das mudanças ocorridas na política externa de um mesmo Estado, reforçando tanto a importância de análise do processo de decisório como a avaliação de seus resultados à luz de um duplo olhar histórico envolvendo tanto a política doméstica e as características do sistema quanto o comportamento institucional do país.

Tendo como marcos de origem os diagnósticos sobre a ocorrência de múltiplas mudanças na política internacional ao fim da Guerra Fria e a emergência de novos desafios teóricos a partir de tal conjuntura para a APE, Charles Hermann (1990) estabeleceu um modelo estruturado pelo reconhecimento de quatro níveis ou graus de mudança na política externa de um mesmo Estado, além da existência de múltiplas fontes domésticas e sistêmicas acerca de tais transformações. No que classifica como ajuste, o autor chama atenção para alterações de ênfase ou esforços, preservando não apenas os objetivos, como também as estratégias de materialização. Alçando uma dimensão qualitativa, as mudanças de programa constituem o segundo nível. Apesar de marcadas pela manutenção dos objetivos, tais transformações atingem diretamente os métodos e os meios, influenciando na definição de novas estratégias de inserção internacional. Intitulado como mudanças ou

redefinições de objetivos, o terceiro tipo envolve a transformação nos propósitos da ação externa. Por fim, as mudanças ou reorientações internacionais constituem o nível mais elevado de transformação, fundamentado pela “adoção de nova abordagem em relação aos assuntos mundiais” (Gonçalves e Pinheiro 2020, 221).

Como vetores capazes de influenciar em mudanças de diferentes naturezas, Hermann destacou a existência de quatro fontes. Em primeiro lugar, o líder pode favorecer as transformações na política externa ao transformar suas visões particulares em diretrizes ou bases para a produção de iniciativas governamentais concretas, tendo como raízes possíveis o carisma, a capacidade de influência ou exploração de estruturas autoritárias de comando. Ainda na investigação acerca dos círculos decisórios, a burocracia pode ser vista como outro agente de mudança. A partir de fatores como o nível de informação e inteligência, tais transformações são operadas a partir da luta por poder e influência nas estruturas governamentais. Além do líder e da burocracia, a reestruturação doméstica constitui uma terceira fonte ao chamar atenção para o papel da correlação de forças políticas e sociais na definição das políticas do Estado. Ultrapassando as fronteiras nacionais, os choques externos residem num nível exógeno de produção de mudanças, abarcando fenômenos que impulsionam inquietações para os tomadores de decisão em nível doméstico, tornando-se a base para alterações de intensidade, estratégia ou objetivo.

Enquanto ferramenta teórico-metodológica, o modelo de Charles Hermann chama atenção para as suas diferentes possibilidades de inserção nos estudos sobre a trajetória de desenvolvimento da política externa de um determinado Estado. Sua ênfase na avaliação acerca das chamadas mudanças autocorretivas, isto é, ocorridas no âmbito de um mesmo governo, reforça o caráter relativamente dinâmico que envolve o processo de construção de agendas e diretrizes de ação externa, suscetível a flutuações das mais diferentes ordens. Transposto para outros contextos de transformação mais significativa na política doméstica, envolvendo transições de governo ou regime, tal proposta analítica amplia as condições de compreensão das especificidades que constituem as relações externas de um determinado ator.

Na afirmação de uma análise multinível, considerando as complexas interações entre um sistema mundial em transformação, os rumos da luta política e social em nível doméstico e o comportamento dos decisores, adotam-se as premissas da ASM enquanto estrutura de investigação voltada tanto ao desafio de interpretação da conjuntura global quanto uma alternativa de avaliação do desenvolvimento do capitalismo histórico ao longo de séculos.

Vista como uma “abordagem alternativa e contra-hegemônica ao *mainstream* das relações internacionais” (Voigt 2007, 101), a ASM foi forjada no seio da crítica ao modelo de análise até então dominante nas Ciências Sociais, na crítica a chamada Teoria da Modernização e na perspectiva de produção de respostas acerca da natureza do conjunto das transformações ocorridas na geopolítica e na geoeconomia global a partir do fim da década de 1960.

Considerando que “os fatores econômicos, políticos e militares que contribuíram para a hegemonia dos Estados Unidos são os mesmos fatores que produzirão o iminente declínio dos Estados Unidos” (Wallerstein 2004, 21), a desagregação do ciclo liderado por Washington a partir do fim dos anos 1960 demonstrou sinais de aprofundamento nas duas últimas décadas. No crescente descompasso entre o discurso unilateralista dos principais formuladores da política externa dos EUA e o ritmo das transformações globais, a ascensão de novos Estados como a China, a Federação Russa e outras potências emergentes, além da crise do multilateralismo, traduzem alguns sentidos da desagregação de uma ordem marcada até então por acentuado grau de institucionalização sistêmica e centrada no espaço Atlântico. Impasses relativos às relações entre Estados Nacionais, governos, sociedades e meio ambiente assumem contornos ainda mais profundos com a ascensão de movimentos de direita e extrema-direita, marcados por discursos de oposição às características das democracias liberais e ao fenômeno da globalização. Tais rumos da luta política interna e externa evidenciam outras vezes para aspectos constituintes da antiga ordem global, tais como a acentuação da internacionalização do globo, a valorização dos ideais da democracia representativa e do capitalismo, nas suas mais diferentes facetas, enquanto modo dominante de organização econômico-social.

Na intersecção entre a perspectiva de transição hegemônica e a configuração de importantes mudanças nos ambientes regional e doméstico, busca-se compreender os caminhos envolvendo o processo de diversificação das relações exteriores do Egito, considerando seus impactos frente à trajetória contemporânea do país. Para tal exercício, passa-se a uma análise acerca do desenvolvimento da política externa egípcia ao longo da segunda metade do século XX.

A Política Externa Egípcia entre Nasser, Sadat e Mubarak

Em 23 de Julho de 1952, o então Rei Farouk I foi derrubado por meio de um processo político liderado pelo Movimento dos Oficiais Livres. Tendo

como figura pública o general Mohamed Naguib, o novo governo, inserido no contexto de uma espécie de dupla autoridade ao dividir espaço com o Conselho do Comando Revolucionário (CCR), conviveu com incertezas de diferentes ordens. Se tal processo complexo de construção política culminou com o desenho de um horizonte de transformações multifacetadas, a consolidação do poder após os primeiros anos da Revolução demonstrou o caráter contínuo da formação política do movimento militar. Nesse contexto, do ponto de vista da política externa, os militares egípcios não necessariamente organizaram um processo imediato de reorientação internacional³. Na coexistência entre alterações qualitativas, que configuram uma mudança de programa, e a possibilidade de redefinição de objetivos, as duas principais agendas internacionais do país envolviam o avanço das antigas reivindicações nacionalistas, em especial, a retirada total dos britânicos do território egípcio, além da busca por recursos para a dupla modernização envolvendo o exército e as estruturas socioeconômicas do país.

Nesse sentido, preservando um dos horizontes constituídos na longa trajetória de resistência à dominação britânica e buscando alternativas para a concretização das demandas de classe emergentes no processo de luta contra as mais diferentes formas de reprodução da desigualdade social e econômica no país, as primeiras movimentações do novo governo foram marcadas pela retomada de negociações com os britânicos, ampliação das relações com os EUA e abertura de um diálogo secreto com Israel. No primeiro caso, os avanços só foram registrados a partir da fragmentação das agendas, culminando com um acordo reconhecendo a autodeterminação sudanesa e um referendo sobre o futuro do país, além de um avanço na evacuação das tropas da zona do Canal a partir de 1954.

Em relação a Washington, uma perspectiva de estreitamento dos laços com o novo governo egípcio se afirmou logo nos seus primeiros passos. A reafirmação da importância estratégica do Egito no traçado de uma política de contenção ao comunismo e o interesse pela estabilidade regional influenciavam a posição estadunidense, ao passo que o diagnóstico dos militares acerca de uma possível competição entre a superpotência capitalista e o Estado britânico na política regional estimulavam a política de aproximação estabelecida pelos militares (Takeyh 2000). Além da assinatura de acordos de cooperação técnica e da colaboração da CIA na construção de uma inteligência egípcia, o caráter anticomunista do regime egípcio e o apoio estadunidense

3 Essa perspectiva é reforçada por Eberhard Kienle (2022). Para esse autor, duas questões centrais que envolveram as relações exteriores do Egito durante os últimos anos da Monarquia e o período posterior à sua derrubada em 1952 foram à busca pela chamada independência política total e a costura de um papel relativamente protagonista em nível regional.

no avanço das negociações diretas entre Grã-Bretanha e Egito acenavam para a possibilidade de construção de relações sólidas entre os dois países. Contudo, a relutância egípcia em participar da construção de um tratado de segurança regional e as objeções de Washington em auxiliar militarmente o novo governo no desafio de modernização do exército, contribuíram para o fim do curto período de entendimentos entre os dois países.

A derrubada da monarquia egípcia foi vista com bons olhos entre as autoridades israelenses. Conforme Avi Shlaim (2004), a avaliação predominante nos círculos políticos do país vizinho era a de que os militares se ocupariam na condução dos temas domésticos, desejando algum tipo de estabilização regional. Na avaliação acerca de uma espécie de janela de oportunidade para a constituição de um acordo durável entre os dois países, egípcios e israelenses estabeleceram, a partir do exercício da diplomacia secreta, pontes entre eles de 1952 à 1955 visando avançar em diferentes temas de interesse como cooperação econômica, livre navegação e mesmo um apoio de Tel-Aviv. Mesmo diante da existência de entendimentos entre Nasser e Moshe Sharett, aspectos como as divisões mais gerais sobre a política regional de Israel entre seus principais *policymakers*, a emergência de atos conspiratórios e provocativos, incluindo conflitos em zona de fronteira, além das desconfianças mútuas contribuíram para um relativo fracasso dessa série de conversações (Yahel 2016).

Apesar do desafio de construção de uma nova ordem político-institucional com a emergência da República, a política externa egípcia nos primeiros anos do novo regime abarcou ainda outras iniciativas que, de modo geral, incidiam diretamente nas arenas valorizadas no Pós-Guerra. Em relação ao Mundo Árabe, Reem Abou El-Fadl (2019) afirma que os militares não marginalizaram a ação regional. Além do estabelecimento de iniciativas como a organização de missões diplomáticas e a constituição de uma Conferência de Estados ainda em 1952, o Egito permaneceu como um dos atores mais importantes no apoio político-diplomático e estratégico aos movimentos de libertação no Magreb. Entre os países africanos e muçulmanos, propostas como a organização de uma frente islâmica e o apoio aos movimentos de luta contra o colonialismo e o imperialismo estabeleciam condições de diálogo em relação aos atores asiáticos e africanos (Ismael 1968).

Um processo de reestruturação da política externa egípcia coincide, em certa medida, com a consolidação de Gamal Abdel Nasser e a estabilização do regime a partir do fim de 1954. A resolução de um dos objetivos fundamentais da política externa egípcia a partir da evacuação das tropas do Canal de Suez e os poucos avanços em relação à busca de apoio estratégico

dos EUA abriram caminho para mudanças mais substantivas na inserção internacional do país. Ideologicamente, os primeiros sinais de transformação foram lançados a partir da publicação da “Filosofia da Revolução” (1954). Chamando atenção para o caráter multifacetado da identidade egípcia e seus reflexos na definição dos principais vetores de ação externa, Nasser consolidaria uma proposta de reconhecimento de três círculos de influência: o árabe, o muçulmano e o africano. Se tal afirmação não constituía uma radical ruptura com o passado, a atribuição de certo potencial de liderança do Egito nessas três esferas representava uma elevação nas expectativas acerca do exercício de “um papel de crescente importância nos assuntos mundiais” (Hrbek 2010, 174).

Na esfera regional, o recorte temporal entre a segunda metade da década de 1950 e a Guerra Árabe-Israelense de 1967 foi marcado pela existência de uma relativa hegemonia egípcia. Definida por Silvia Feraboli (2013) como uma fase de centralização política protagonizada por Gamal Abdel Nasser, tal condição se repousava na valorização do diagnóstico acerca do peso demográfico, histórico e cultural do Egito entre os Estados Árabes, no fortalecimento do nacionalismo árabe como força política doméstica e base ideológica em favor de um movimento mais profundo de construção regional, além da crescente valorização de sua posição geoestratégica em relação à ampliação no interesse das superpotências pela região. A produção de um arranjo geopolítico regional a partir da liderança do Cairo assumiu certas particularidades. Em primeiro lugar, o país se viu cada vez mais arrastado para as diferentes contendas domésticas e regionais, culminando em pressões em favor do avanço de projetos de união, tais como a integração com a Síria a partir de 1958, além do apoio oferecido às forças republicanas na Guerra do Iêmen, na década seguinte. Em segundo lugar, o Egito não foi capaz de produzir uma ordem estável. A ausência de um consenso regional se tornou explícita a partir da rivalidade entre regimes e partidos nacionalistas, animosidades entre Nasser e os Estados mais alinhados com o Ocidente, além das ingerências dos sistemas de poder da Guerra Fria.

A consolidação de uma nova fase da política externa egípcia envolveu também rearranjos globais. Em relação ao movimento de ampliação das fronteiras do conflito bipolar, a deterioração das relações entre Egito e EUA coexistiu com um processo de aproximação a Moscou. Além da quebra do monopólio ocidental no comércio bélico com o Oriente Médio, o apoio soviético a projetos estruturantes como a Barragem de Assuã e o contrapeso exercido no contexto da Guerra de Suez (1956) transformavam o Cairo num aliado estratégico nos marcos de seu processo de construção de pontes com o chamado Terceiro Mundo. Contudo, tais relações encontravam certos desafios

diante do caráter anticomunista do regime egípcio, do papel exercido pelo Cairo junto aos Não-Alinhados e das mudanças no plano regional, acarretando processos de distanciamento. Tais oscilações, apesar de não culminarem em um processo de ruptura, favoreceram tímidas gravitações na política externa egípcia, como uma perspectiva de melhora nas relações com os EUA na primeira metade da década de 1960.

Constituindo uma espécie de quarto círculo de projeção egípcia (Hrbek 2010), a participação do país no processo de construção política do Terceiro Mundo como sujeito histórico envolveu diferentes vetores como a reivindicação do Não-Alinhamento enquanto estratégia de inserção internacional autônoma, a participação direta na construção do Movimento dos Não-Alinhados e a defesa de um projeto de integração maximalista no âmbito do continente africano. A partir de princípios como a autodeterminação dos povos, a defesa do desenvolvimento, o combate ao racismo e a luta pelo desarmamento, a política externa egípcia nos tempos de Nasser reunia a perspectiva de constituição de uma nova ordem global que, a partir da projeção externa do Cairo, pudesse produzir soluções para a manutenção da estratégia de defesa do socialismo árabe como base para a modernização do país e a busca pela redução de algum nível de instabilidade diante dos constrangimentos regionais e sistêmicos.

Um novo processo de reorientação da política externa egípcia ocorreu na passagem entre os anos 1960 e 1970 (Dessouki 2008; Selim 2020). A morte física de Nasser (1970) simbolicamente representou a última etapa de declínio do nacionalismo árabe. A humilhante derrota na Guerra dos Seis Dias (1967) fortaleceu a tese dos regimes conservadores na região, abrindo caminho para a ampliação da presença do Ocidente (Vizentini 2012). Somado a isso, a dificuldade de resposta por parte do Estado egípcio diante do conjunto das transformações observadas na sociedade doméstica influenciou no desgaste do socialismo árabe. Em meio a isso, a ascensão de Anwar Al-Sadat provocou o início da chamada “desnasserização”. Nas tentativas de afastamento do legado de seu antecessor, o novo presidente egípcio buscou alterar a correlação de forças políticas em nível doméstico, aproximando-se dos chamados liberais e de grupos islâmicos, além da produção de mudanças substantivas no quadro das relações regionais e globais.

Nesse contexto, as três transformações estruturais e estruturantes da inserção internacional do Egito envolveram um movimento de aproximação estratégica com os EUA, a construção de uma Paz em Separado com Israel e a ampliação da dependência em relação aos Estados Árabes do Golfo Pérsico (Selim 2020). Sadat provocou uma espécie de giro geopolítico e

geoeconômico na trajetória egípcia, estimulando o desenvolvimento de dois processos: liberalização econômica (*Infitah*) e aproximação com o chamado mundo Ocidental.

Do ponto de vista da política externa, o alinhamento com o Ocidente se sustentaria a partir de três aspectos. Segundo Ali E. Hillal Dessouki (2008), o governo Sadat buscava, a partir do estabelecimento de relações mais estreitas com os EUA, aumentar as margens de negociação com Israel, em troca da recuperação dos territórios perdidos na Guerra de 1967, e a formação de um ambiente regional mais estável. Além disso, buscavam-se atrair tanto ajuda militar e econômica quanto uma aproximação com os Estados Árabes do Golfo Pérsico. Reivindicando certa naturalidade acerca da liderança egípcia em nível regional (Hinnebusch e Shama 2014), Sadat almejava reduzir os níveis de participação do país em conflitos e iniciativas consideradas onerosas ao Estado, focando no que se considerava como interesses nacionais e imediatos do país.

Durante o governo de Hosni Mubarak (1981-2011), a política externa foi marcada pela emergência de diversos desafios de natureza doméstica e externa. Na configuração de ajustes em relação às diretrizes estabelecidas por Sadat, as relações exteriores do Egito foram marcadas pela necessidade de enfrentamentos ao isolamento no Mundo Árabe após os acordos de Camp David, os efeitos nocivos da política de abertura econômica de Sadat, diminuição das tensões domésticas após as ondas de desnasserização e fortalecimento do islamismo na cena política. Apesar da retórica, Mubarak fortaleceu os laços com os EUA, consolidando o país como um aliado estratégico. Segundo Gamal M. Selim (2020), a política externa de Mubarak se pautava por pelo menos dois princípios. Em primeiro lugar, a consolidação do sistema regional lançado com a normalização de relações entre Egito e Israel, além da transformação do Cairo em um dos principais aliados de Washington na região. Em segundo, a preservação de uma aliança estratégica com os Estados Árabes do Golfo Pérsico, fundamentada por um princípio de dependência econômica em relação aos exportadores de petróleo e na construção de alianças informais de segurança.

Apesar de consolidar o processo de reorientação iniciado ainda nos 1970, Mubarak buscou também estabelecer um papel regional mais ativo, envolvendo a participação direta em iniciativas de integração sub-regional, apoio às missões de paz e desenvolvimento de preocupações mais substantivas com a segurança regional, especialmente no Chifre da África, tendo em vista a importância da política nilótica. Em relação aos Estados Árabes, além da retomada de relações diplomáticas com boa parte dos atores do subsistema,

o Egito manteve relações estreitas com os Estados do Golfo, numa articulação que envolvia diretamente considerações geopolíticas e geoeconômicas. Se, do ponto de vista securitário, o Cairo constituía parte essencial das políticas de proteção às petromonarquias, a ampliação da dependência econômica do primeiro em relação às últimas entidades reforçava as assimetrias da estrutura regional, com destaque para a importância da cooperação econômica exercida pelos Estados rentistas e as remessas de capital proporcionadas pelos milhares de trabalhadores egípcios que constituíam parte da mão-de-obra naqueles países. Acompanhando outros Estados magrebins, um processo de aproximação econômica e diplomática com a União Europeia assumiu importância nos anos 1990 com a formação da Parceria Euro-Mediterrânea, política que, apesar de possibilitar algum nível de diversificação econômica, ainda se encontrava muito aquém das expectativas egípcias.

Entre Nasser, Sadat e Mubarak, a política externa egípcia na segunda metade do século XX sofreu com diferentes processos de mudança que, a despeito das múltiplas intensidades e naturezas, refletiam os desafios de um país pressionado pelo desafio da sobrevivência econômica e vulnerável diante das transformações mais gerais ocorridas em nível sistêmico, regional e doméstico. Mais de uma década após o fim da Guerra Fria, uma nova etapa não linear de diversificação de parcerias seria inaugurada a partir do aprofundamento das contradições político-sociais que envolviam o Egito, além de impulsos provenientes de diferentes dimensões. Numa espécie de travessia histórica, tal movimentação foi desafiada diante das complexas mudanças ocorridas após a Crise de 2008.

Dos tempos de Mubarak ao “Egito voltou” de Al-Sisi: sentidos de uma travessia histórica

As principais bases do processo de reorientação internacional promovido por Sadat e mantido, em grande medida, por Mubarak encontravam limitações ainda em meados dos anos 1990. A normalização de relações com Israel não evoluiu na direção de uma estabilidade regional, sendo diretamente impactada pelos atritos entre Tel-Aviv e seus vizinhos, além dos efeitos de tais questões no interior da opinião pública egípcia. Em relação aos vizinhos árabes, as variações no preço do petróleo e gás natural afetavam diretamente a capacidade dos Estados do Golfo em auxiliarem na economia egípcia, reduzindo os investimentos e a ajuda econômica. Somado a isso, políticas de nacionalização de mão-de-obra no Golfo (sauditização) afetavam diretamente

o quantitativo de egípcios que contribuía com a macroeconomia do país a partir da remessa de capitais.

Mais dependente em relação ao Ocidente (Goldschmidt Jr 2008; Hinnebusch e Shama 2014), o Egito se encontrava vulnerável estrategicamente diante dos esforços estadunidenses em produzir uma nova ordem regional a partir de uma perspectiva exógena. Em meio a isso, processos como a Guerra do Golfo (1990-1991) e, posteriormente, os atentados de 11 de Setembro (2001) e a Guerra ao Terror exigiram um difícil equilíbrio por parte do governo egípcio entre reagir diante das pressões estadunidenses e conter os dissensos no ambiente doméstico.

Nesse ambiente de tensionamento das bases externas e domésticas do regime, questões como as agendas antiterrorismo e a retórica antiamericana se juntavam ao acirramento das contradições vividas pelo país. Numa estrutura parlamentar multipartidária, autoritarismo e liberalização limitada coexistiam, reflexos de processos como a reação ao crescimento do fundamentalismo islâmico, desgaste do governo diante do quadro socioeconômico adverso e pressões internacionais. Além disso, um expressivo crescimento demográfico, acompanhado do aumento do desemprego, diminuição das terras cultiváveis e ampliação das desigualdades sociais criavam uma situação explosiva, pondo em xeque a estabilidade de uma ordem neoliberal peculiar.

Considerando tais aspectos, os primeiros sinais de mudança na política externa egípcia foram vistos ainda no governo Mubarak. Em meio à redução da assistência militar e econômica dos EUA, o Egito buscou estabelecer certa margem de autonomia externa (Vizentini 2012). Apesar de não romper com as linhas básicas da relação triangular e a dependência egípcia em relação aos Estados do Golfo (Selim 2020), uma primeira tendência de diversificação de parcerias se afirmaria a partir aproximação com os Estados emergentes, participação ativa no processo de constituição da União Africana e nos esforços de estabilização política regional, incluindo a África Setentrional e o Oriente Médio (Vizentini 2012).

Um dos principais sintomas dessa transformação pode ser observado a partir das relações sino-egípcias. Primeiro país africano a reconhecer oficialmente a República Popular da China ainda nos tempos de Nasser (1956), o Egito se tornou um parceiro considerado estratégico por Pequim no fim dos anos 1990. Segundo Gustavo Rocha de Menezes (2013), o Egito representava cerca de 5% do total do comércio de Pequim com o continente africano, estando na condição de quinto maior parceiro comercial em 2010. Impulsionado pelas importações na ordem de mais de seis bilhões de dólares, tais relações apresentavam um considerável déficit para a balança comercial

egípcia, reflexo do predomínio de exportações de produtos de menor valor agregado por parte do país afro-árabe (Gadallah 2016).

Após semanas de protestos de massa em janeiro de 2011, Hosni Mubarak renunciou à presidência após trinta anos de mandato. O que ficou conhecido como Primavera Árabe no Egito correspondeu a um processo de transição política de pouco mais de um ano e meio, tutelado por forças institucionais como o Exército e o Judiciário, além de impulsionado por conflitos e incertezas decorrentes das dificuldades de constituição de um novo e estável regime. Enquanto um ponto de convulsão regional, tal marco na trajetória do Mundo Árabe contemporâneo se constituiu, ao mesmo tempo, em um choque externo e um movimento de reestruturação doméstica, impulsionando uma alteração na correlação de forças do sistema de Estados regionais, com múltiplas consequências para as inserções globais dos principais atores. Reunindo fatores conjunturais e estruturais, a produção de uma fase de instabilidade política doméstica e regional assumiu o caráter de uma crise de transição (Vizentini 2012), tensionando as complexas relações entre Estados e sociedades em transformação.

No controle do processo de transição política, o Conselho Supremo das Forças Armadas (SCAF) ensaiou um conjunto de mudanças acerca das relações externas. Conforme Gamal M. Selim (2020), perspectivas como uma melhoria de relações com o Irã e a possibilidade de mediação das relações entre Hamas e Fatah na Palestina acenavam com possíveis rupturas na política externa. Contudo, em meio às incertezas que envolviam o ambiente de transição institucional, a perspectiva de manutenção do protagonismo dos militares na esfera político-econômica e a própria natureza do processo de derrubada de Mubarak no seio das Forças Armadas contribuíram com a adoção de posições relativamente coerentes com os níveis de estrangimento estrutural que marcavam a atuação externa do Egito.

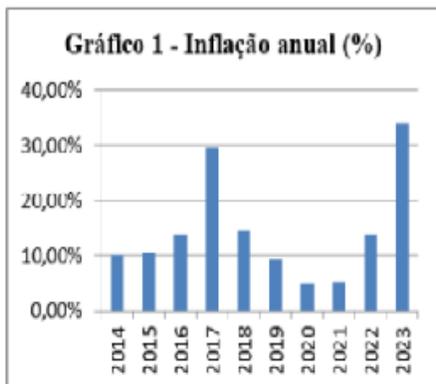
Vitorioso num processo eleitoral que confrontou mubarakistas, liberais, forças políticas islâmicas e setores ditos independentes (Ghotme e Sicard 2016), a política externa de Mohamed Morsi refletiu, de modo geral, os conflitos entre as perspectivas da Irmandade Muçulmana em realizar importantes mudanças na condução do Estado egípcio, a conquista de reconhecimento internacional e as tentativas de acomodação do novo governo diante das características do processo de transição política. Apesar da manutenção das linhas gerais de atuação externa do país a partir da relação triangular e das garantias estabelecidas aos Estados do Golfo em relação aos limites da atuação institucional da Irmandade Muçulmana no ambiente regional (Selim 2020), Mohamed Morsi estabeleceu certa continuidade no processo de diversificação

de parcerias externas do Egito. Impulsionado pelas dificuldades econômico-financeiras decorrentes do distanciamento promovido pela Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos em relação ao novo governo, o presidente egípcio estabeleceu uma espécie de giro na política regional, aproximando-se do Catar, da Turquia e, em menor medida, do Irã. No ambiente global, conforme aponta Luiz Eduardo Fonseca de Carvalho Gonçalves (2017), estabeleceu pontes com os BRICS, inclusive sugerindo um possível ingresso egípcio no agrupamento emergente, além de buscar um maior protagonismo do país em relação ao continente africano.

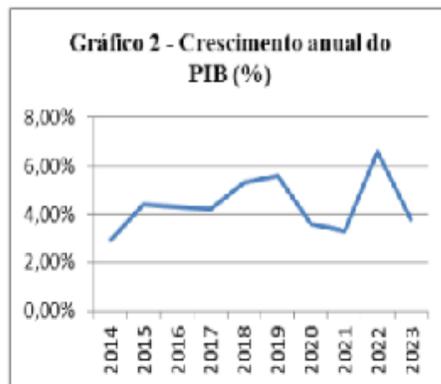
Um profundo processo de reestruturação doméstica foi lançado diante do advento de uma nova fase de convulsão política no país. Segundo Silvia Feraboli (2013), uma conjunção entre os insucessos do governo em agir diante dos problemas estruturais do Egito e a emergência de um processo de desestabilização envolvendo a articulação política entre a oposição liberal, os meios de comunicação e forças mubarakistas culminou com a produção de um quadro de instabilidade político-institucional.

A queda de Morsi e a ascensão de Abdel Fatah Al-Sisi (2014-) inaugurou uma nova era de incerteza no Egito. Além dos dissensos na comunidade internacional sobre a natureza do processo político que levaria ao fim da primeira experiência de um governo civil no país, os desafios domésticos envolvendo o instável quadro de relacionamento entre o novo governo e a oposição liderada pela Irmandade Muçulmana e a preservação da ordem neoliberal diante dos problemas estruturais e conjunturais da economia egípcia reforçaram ainda mais a importância das relações externas enquanto vetor de promoção da estabilidade interna.

Não se constituindo necessariamente em um retorno às bases político-institucionais que organizavam o regime republicano egípcio até 2011 (Yefet e Lavie 2021), o novo governo reivindicou para si a existência de quatro objetivos que combinavam a busca por crescimento econômico, a transformação do país no quadro do desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, a proteção do Estado diante do que se considerava como ameaças domésticas e externas, além da melhoria da posição internacional do país. Do ponto de vista econômico, o país passa por uma crise complexa, envolvendo os crescimentos da dívida externa, dos déficits comerciais e da inflação, além da desvalorização significativa da libra egípcia diante do dólar (Piazza 2023). Os gráficos a seguir reúnem características do atual quadro macroeconômico egípcio:



Fonte: Banco Mundial (2024a).



Fonte: Banco Mundial (2024b).

Apesar do fim da relativa estagnação econômica vivida no início da década passada, o advento de uma fase de relativo crescimento do PIB coexiste com os graves efeitos da vulnerabilidade egípcia, atingindo diretamente a qualidade de vida da população. Em meio a tal cenário, as tentativas de captação de recursos externos envolvem desde negociações de acordos junto ao FMI, a instrumentalização da posição geoestratégica e geoeconômica do país, garantindo injeções da ordem de mais de 100 bilhões de dólares provenientes dos Estados Árabes do Golfo em dez anos (Piazza 2023), além do aprofundamento das relações com os Estados emergentes, em movimentações como a entrada no Novo Banco de Desenvolvimento (NDB).

O cenário econômico se articula diretamente com os desafios emergentes na política doméstica. Como uma das bases do processo de atuação do Estado egípcio, a busca de um complexo equilíbrio entre a solidificação da ordem neoliberal e a elaboração de uma espécie de novo contrato social condiciona algumas das principais políticas do Cairo. Do ponto de vista das relações com as elites liberais e os militares, o governo Al-Sisi estabeleceu uma política de avanço das privatizações, pressão nas diferentes formas de organização política dos trabalhadores, além de fortalecer os aparatos de segurança, buscar novas fontes de investimento para a modernização do exército e reforço da posição econômica das Forças Armadas no país (Ghotme e Sicard 2016; Achraimer 2023). Em relação a setores mais amplos da sociedade, a busca pelo exercício de um papel mais ativo diante de problemas como o desemprego coexiste com medidas controversas como o aumento no preço de serviços de fornecimento de luz. Do ponto de vista dos esforços de consolidação doméstica, Al-Sisi desenvolveu outras estratégias de legitimação que envolveram desde a renovação do discurso religioso, uma alternativa

ideológica diante da Irmandade Muçulmana, até a valorização de uma perspectiva nacionalista, na produção de novas formas de controle social (Yefet e Lavie 2021).

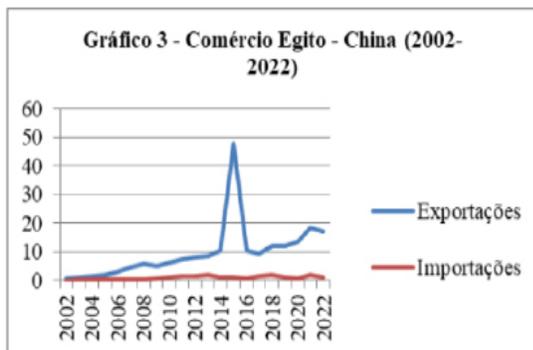
Impulsionado por tais incertezas nas mais diferentes esferas apresentadas e condicionado pelo quadro de elevação da competição estratégica em diferentes arenas, como o Mundo Árabe e o próprio continente africano, o governo Al-Sisi consolidou uma nova etapa de reorientação internacional do Egito. Ainda que a literatura especializada divirja em relação ao recorte temporal de tais transformações, os sentidos de aprofundamento no processo de reposicionamento regional e global do país afro-árabe se notabilizaram pela busca por novos atributos de legitimidade internacional, a luta pela superação das adversidades conjunturais e o horizonte de retomada de uma política externa classificada como sólida. Conforme Gamal M. Selim (2020), a defesa da soberania e da não ingerência, a luta pela liberdade de ação regional do país e a busca por relações equilibradas com as potências globais podem ser vistos como três dos principais vetores de tal empreendimento.

Do ponto de vista das relações regionais, as principais movimentações egípcias envolveram o aprofundamento de laços com os Estados Árabes do Golfo, em especial a Arábia Saudita. Na reformulação de uma espécie de eixo Riad-Cairo (Gonçalves 2017), o Egito esteve inserido nas mais diferentes concertações de segurança regional empreendidas pela Casa Saud, num relacionamento de caráter pragmático envolvendo a mobilização de recursos financeiros em troca de apoio estratégico em diferentes arenas. Contudo, divergências entre os dois países foram registradas, tais como uma recusa no envio de tropas em apoio à intervenção saudita no Iêmen (2015), além da produção de uma relativa aproximação entre Al-Sisi e Bashar Al-Assad antes mesmo da mudança de posição saudita sobre a crise síria. No continente africano, a política egípcia aprofunda as tendências de retomada de certo protagonismo em iniciativas como a integração econômica e o exercício da diplomacia presidencial. Considerações de segurança específicas também movem a atuação do Cairo em diferentes cenários, tais como o apoio ao Khalifa Haftar na Guerra Civil da Líbia e no acirramento de tensões com a Etiópia em decorrência do controle das águas do Nilo, culminando com uma política de aproximação estratégica com a Somália e a Eritreia.

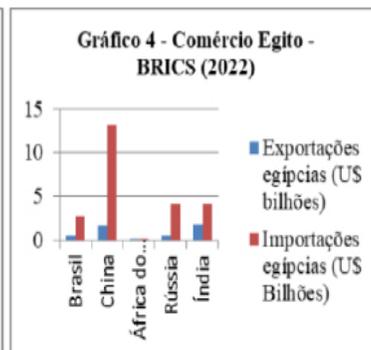
No quadro sistêmico, aprofundaram-se as tendências de redução da influência dos EUA e aproximação com os novos atores globais. No primeiro caso, a produção de uma relação ambivalente envolveu a mobilização de certo ressentimento por parte dos militares com a postura de Washington após a Revolução de 2011 e as contínuas críticas acerca das violações dos direitos

humanos no Egito após a ascensão de Al-Sisi (Dessouki 2008; Gonçalves 2017). Se a perspectiva securitária estadunidense em relação ao Oriente Médio e um princípio de construção de laços pessoais entre Trump e o presidente egípcio condicionaram certos movimentos de aproximação, a perda de espaço dos EUA no quadro da definição da posição egípcia na arquitetura política e econômica global se tornou notória. Em relação à União Europeia, oscilações entre as partes foram registradas. Apesar das desconfianças acerca do novo governo egípcio, certo pragmatismo nas relações comerciais credenciou à organização um papel relevante no comércio exterior egípcio, bem como na articulação político-estratégica em diferentes agendas como imigração e terrorismo.

China e Rússia constituem dois dos principais polos de diversificação das relações exteriores do Egito. Sobre Pequim, sua presença econômica se tornou estrutural e estruturante dentro do processo de aproximação entre o Cairo e os países emergentes, conforme se verifica a partir dos gráficos subsequentes.



Fonte: Do autor, com base em dados publicados pela John's Hopkins China – Africa Research Initiative (2024)



Fonte: Do autor, com base em dados de Al-Ahram (2023)

Individualmente um dos maiores parceiros comerciais do Egito, a posição chinesa foi reforçada com a inclusão do país afro-árabe no projeto da Nova Rota da Seda e no apoio a projetos de infraestrutura, tais como a construção da nova capital do país e as perspectivas de expansão do Canal de Suez, incluindo a participação na formação de uma Zona Econômica Especial. Conforme Christian Achraimer (2023), a ascensão de Al-Sisi não representou um entrave às relações entre os dois países. Assumindo também um caráter geopolítico, os laços com Pequim foram importantes dentro do processo de entrada do Egito no BRICS a partir de 2024. Do ponto de vista da super-

potência asiática, um aumento de influência em relação ao Egito também amplia sua presença numa zona estratégica entre a África Setentrional e a Península Arábica.

Considerado como um dos elementos mais inovadores da política externa de Al-Sisi (Gonçalves 2017), as relações com Moscou ganharam um caráter estratégico. Seja a partir da ampliação da presença russa na importação de materiais bélicos por parte do Egito ou no apoio a projetos vinculados à expansão do uso de energia nuclear, o Kremlin se tornou muito mais próximo do Cairo na última década. Tal posição se tornou imprescindível no contexto da Guerra da Ucrânia. Ainda que não necessariamente demonstre alinhamento aos russos em votações na esfera multilateral, a busca por manter laços sólidos com Putin, num contexto em que se elevaram as inseguranças alimentar e energética por todo o globo, se articula dentro da perspectiva de enfrentamento das dificuldades macroeconômicas em nível doméstico.

Em meio aos discursos governamentais acerca de uma retomada plena da ação externa do Egito (Halawa 2021), as tentativas contemporâneas de reafirmação da condição do país enquanto uma potência regional estimula um aprofundamento de esforços históricos de reposicionamento regional e global nas últimas décadas. Alimentado também pela perspectiva de instrumentalização da posição geoestratégica como meio para a obtenção de recursos para o enfrentamento das contradições e dificuldades domésticas, o país de Al-Sisi desenvolve uma diplomacia pautada pela tentativa de equilíbrio entre os diferentes polos de poder em nível global. Nesse processo, autonomia e dependência coexistem de forma complexa frente aos efeitos do crescimento da competição estratégica na África e no Oriente Médio.

Conclusão

Na condição de Estado Ponte, o Egito se constituiu como um importante ator geoestratégico no quadro das transformações ocorridas entre a África e o Mundo Árabe, em sintonia com mudanças de ordem sistêmica. Desde a ascensão dos militares em 1952, o país passou por relevantes reorientações em sua inserção externa, num processo que reuniu diferentes fatores como a conciliação e mobilização de diferentes identidades, mudanças nas estratégias de desenvolvimento, reações diante das alterações ocorridas no plano regional e global, ascensão de novas lideranças e mudanças no quadro da política doméstica.

Tal diversidade de variáveis históricas, contempladas à luz do modelo de Charles Hermann (1990), expõe as complexidades que envolveram o processo de definição de diferentes perspectivas de inserção internacional do país. Se, do ponto de vista da produção de uma reorientação externa, a consolidação da Revolução com a ascensão de Nasser e a retirada plena dos militares britânicos abriram caminho para o desenvolvimento do chamado Não-Alinhamento, além da busca por uma política mais assertiva na África e no Mundo Árabe. As transformações ocorridas entre o fim dos anos 1960 e início da década subsequente estabeleceram novas perspectivas a partir da definição de um alinhamento estratégico com Washington e outras movimentações que abarcaram desde a normalização de relações com Tel-Aviv até ao abandono de estratégias de constituição de liderança nas múltiplas regiões pelas quais o Egito se encontra inserido.

Em meio aos processos de aceleração do declínio dos EUA, afirmação de novos atores globais a partir do crescimento da importância do chamado mundo emergente e diante do fracasso na perspectiva exógena de produção regional do Oriente Médio, sintomas de mudanças na política externa egípcia se tornaram notórios desde os últimos anos do governo Mubarak. Correlacionados aos desafios de preservação de autonomia e segurança, bem como a captação de recursos tanto para o atendimento das crescentes demandas socioeconômicas, a diplomacia egípcia estabeleceu novas parcerias, com destaque para a aproximação com China, Índia, Brasil e Rússia, bem como ampliou o diálogo com outros atores de notável importância comercial, como a União Europeia.

Tal perspectiva de reposicionamento regional e global se manteve, em certa medida, mesmo diante das flutuações provocadas pela Primavera Árabe. Sob o comando de Abdel Fatah Al-Sisi, a consolidação de novas parcerias esteve relacionada não apenas às mudanças no plano sistêmico como, a partir de uma perspectiva multinível, vincularam-se a processos de ordem político-institucional e individual ou societal. Diante da reorganização da República a partir de uma nova fase da tutela militar, a reativação do peso geopolítico do Egito em diferentes arenas potencializou a instrumentalização da política externa como fator de constituição da própria sobrevivência institucional da remodelada estrutura de poder forjada a partir da queda de Morsi. Relacionado a tal processo, além do peso exercido pelo poder executivo na estrutura decisória envolvendo as relações externas, as diferentes demandas de classe decorrentes de uma heterogênea coalizão composta por militares, elites liberais, salafistas e outros setores descontentes com a curta experiência de governo da Irmandade Muçulmana.

Ainda que tal movimentação não reverta a vulnerabilidade do país diante das flutuações da política e da economia internacional, a busca por alternativas a partir da aproximação com o chamado mundo emergente ampliam as condições de enfrentamento da sombra da instabilidade socio-política. Associado a tal movimentação, a retomada de certa proatividade nos diferentes planos regionais contribui na elevação da importância egípcia na interlocução entre os espaços africano e árabe diante das transformações internacionais, possibilitando a extração de recursos diante de um contexto de elevadas dificuldades macroeconômicas que aumentam as incertezas do presente e do futuro do país.

REFERÊNCIAS

- Achrainer, Christian. 2023. *Egyptian Foreign Relations Under Al-Sisi: External Alignments Since 2013*. Routledge.
- Al-Ahram [Online]. 2023. “Factbox: Egypt’s trade Exchange with members of BRICS bloc”. Agosto 25. <https://english.ahram.org.eg/News/507185.aspx>.
- Banco Mundial. 2024a. Inflação, preços al consumidor (%anual) – Egípcio, República Árabe de. Washington: Grupo Banco Mundial. <https://datos.bancomundial.org/indicador/FP.CPI.TOTL.ZG?locations=EG>.
- Banco Mundial. 2024b. Crecimiento del PIB. (%anual) – Egípcio, República Árabe de. Washington: Grupo Banco Mundial. <https://datos.bancomundial.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=EG>.
- Dessouki, Ali E. Hillal. 2008. “Regional Leadership: Balancing off Costs and Dividends in the Foreign Policy of Egypt”. In *The Foreign Policies of Arab States: The Challenge of Globalization*, editado por Ali E. Dessouki e B. Korany. The American University in Cairo Press.
- El-Fadl, Reem Abou. 2019. *Foreign Policy as Nation Making: Turkey and Egypt in the Cold War*. Cambridge University Press.
- Ferabolli, Silvia. 2013. *Relações Internacionais do Mundo Árabe: os desafios para a realização da utopia pan-arabista*. Juruá.
- Gadallah, Yasser M. 2016. “An Analysis of the evolution of sino-egyptian economic relations”. In *Toward Well – Oiled Relations? China’s presence in the Middle East following the Arab Spring*, editado por Niv Horesh. Palgrave Macmillan.
- Ghotme, Rafat, e Nadia García Sicard. 2016. “Neomubarakismo: Al-Sisi y la nueva cara del autoritarismo en Egípcio”. *Colombia Internacional* 86:137-162. <https://doi.org/10.7440/colombiaint86.2016.05>.
- Goldschmidt Jr, Arthur. 2008. *A Brief History of Egypt*. Facts on File.
- Gonçalves, Luis Eduardo Fonseca de Carvalho. 2017. *Egípcio: revolução e contrarrevolução (2011-2015)*. FUNAG.
- Gonçalves, Fernanda Nanci, e Letícia Pinheiro. 2020. *Análise de Política Externa: o que estudar e por quê?*. Intersaberes.
- Halawa, Hafsa. 2021. “Burning Ambition: Egypt’s return to regional leadership and how Europe should respond”. *European Council On Foreign Relations*, 11 de

- outubro de 2021. <https://ecfr.eu/publication/burning-ambition-egypts-return-to-regional-leadership-and-how-europe-should-respond/>.
- Hermann, Charles F. 1990. "When Governments Choose to Redirect Foreign Policy". *International Studies Quarterly* 34 (1): 03-21. <https://doi.org/10.2307/2600403>.
- Hinnebusch, Raymond, e Nael Shama. 2014. "The Foreign Policy of Egypt". In *The Foreign Policies of Middle East States*, editado por Raymond Hinnebusch e Nael Shama. Boulder. Lynne Rienner Publishers.
- Hrbek, I. 2010. "A África Setentrional e o Chifre da África". In *História Geral da África, VIII: África desde 1935*, editado por Ali A Mazrui e Christophe Wondji. UNESCO.
- Ismael, Tareq Y. 1968. "Religion and U.A.R. African Policy". *The Journal of Modern African Studies* 6 (1): 49-57. <https://www.jstor.org/stable/158676>.
- John's Hopkins China – Africa Research Initiative. China's Exports to African Countries. Ago. 2023. <https://www.sais-cari.org/data-china-africa-trade>.
- Kienle, Eberhard. 2022. *Egypt: A Fragile Power*. Routledge.
- Menezes, Gustavo Rocha de. 2013. *As novas relações sino-africanas: desenvolvimento e implicações para o Brasil*. FUNAG.
- Nasser, Gamal Abdel. 1963. *A Revolução no Mundo Árabe*. São Paulo: EDARLI.
- Piazza, Bárbara Azaola. 2023. "A Decade of al-Sisi in Power: Between Economic Crisis, Repression and the Search for International Recognition". *IEMed. European Institute of the Mediterranean*. <https://www.iemed.org/publication/a-decade-of-al-sisi-in-power-between-economic-crisis-repression-and-the-search-for-international-recognition/>.
- Selim, Gamal M. 2020. "Egyptian Foreign Policy after the 2011 revolution: the dynamics of continuity and change". *British Journal of Middle Eastern Studies* 49 (1): 1 – 22. <https://doi.org/10.1080/13530194.2020.1747983>.
- Shlaim, Avi. 2004. *A Muralha de Ferro: Israel e o Mundo Árabe*. Fissus.
- Takeyh, Ray. 2000. *The origins of the Eisenhower Doctrine: the US, Britain and Nasser's Egypt, 1953-57*. Macmillan Press LTD.
- Vizentini, Paulo Fagundes. 2012. *A primavera árabe: entre a nova democracia e a velha geopolítica*. Leitura XXI.
- Voigt, Márcio Roberto. 2007. "A Análise dos Sistemas-Mundo e a política internacional: uma abordagem alternativa das relações internacionais". *Textos de Economia* 10 (2): 101-118. <https://doi.org/10.5007/%25x>.
- Wallerstein, Immanuel. 2004. *O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico*. Contraponto.
- Yahel, Ido. 2016. "Covert Diplomacy Between Israel and Egypt During Nasser Rule: 1952 – 1970". *SAGE Open* 6 (4): 1 – 11. <https://doi.org/10.1177/2158244016667449>.
- Yefet, Bosmat, e Limor Lavie. 2021. "Legitimation in post-revolutionary Egypt: Al-Sisi and the renewal of authoritarianism". *Digest of Middle East Studies* 30 (3): 170-185. <https://doi.org/10.1111/dome.12244>.

RESUMO

Uma década depois do início do governo de Abdel Fatah Al-Sisi, o Egito convive com um complexo quadro doméstico, envolvendo os desafios emergentes diante da consolidação político-institucional após os ventos da Primavera Árabe, as consequências econômicas e sociais da elevação da vulnerabilidade externa, além dos esforços de reinserção em diferentes arenas regionais e globais. Em meio a tais circunstâncias, transformações no desenvolvimento da sua política externa conciliam um discurso de retomada plena da ação externa a partir da última década com a busca pela instrumentalização da sua posição geoestratégica entre a África e o Mundo Árabe em favor de novos investimentos externos e reversão do adverso quadro macroeconômico, caracterizado pela desvalorização da libra egípcia, crescimento da inflação e déficits na balança comercial. Tal processo, contudo, tem raízes nos esforços de diversificação das relações exteriores, aspecto observado desde os anos finais do Governo Mubarak, atravessando as mudanças ocorridas no plano doméstico a partir de 2011. Diante disso, esse artigo analisa as principais características que envolvem o processo de reposicionamento global e regional do Egito a partir da última década. Na intersecção entre a Análise dos Sistemas-Mundo (ASM) e a Análise da Política Externa (APE), avalia-se o potencial egípcio em ocupar uma posição histórica de articulação entre as dinâmicas globais e regionais, considerando sua condição enquanto Estado Ponte entre dois continentes. Por meio de análise qualitativa, combinando a exploração de um processo de revisão da literatura especializada no Egito contemporâneo e textos jornalísticos, busca-se responder às seguintes questões: qual a natureza do processo de diversificação das relações externas empreendido pelo Egito? Como os desafios macroeconômicos e geopolíticos contemporâneos limitam ou oportunizam a produção de um tipo de inserção autonomista por parte do Cairo? Argumenta-se que, em meio à aceleração do declínio da hegemonia estadunidense, o Egito cultiva uma estratégia de inserção internacional de caráter autonomista, aproximando-se do chamado mundo emergente, retomando sua inserção em eixos regionais tradicionais de ação, num processo que não perpassa necessariamente pelo abandono de seus laços com o chamado Mundo Ocidental.

PALAVRAS-CHAVE

Egito. Abdel Fatah Al-Sisi. Primavera Árabe.

Recebido em 23 de dezembro de 2024

Aceito em 25 de janeiro de 2025⁴

4 Como citar: Pennaforte, Charles Pereira, e Mateus José da Silva Santos. 2024. “A política externa egípcia sob o governo Al-Sisi: caminhos para a diversificação de parcerias”. *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 9 (18), 41-62. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.144853>